

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Applebaum, Anne

A658c

O crepúsculo da democracia [recurso eletrônico] : como o autoritarismo seduz e as amizades são desfeitas em nome da política / Anne Applebaum ; tradução Alessandra Borrunquer. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Record, 2021.

recurso digital

Tradução de: Twilight of democracy

Formato: epub

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5587-257-6 (recurso eletrônico)

1. Autoritarismo. 2. Democracia. 3. Partidos nacionalistas. 3. Política mundial - Séc. XXI. 4. Livros eletrônicos. I. Borrunquer, Alessandra. II. Título.

21-68991

CDD: 321.9

CDU: 321.64

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

Copyright © Anne Applebaum, 2020

Título original em inglês: Twilight of democracy: The seductive lure of authoritarianism

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Direitos exclusivos de publicação em língua portuguesa para o Brasil adquiridos pela

A nossa é, de fato, a era da organização intelectual dos ódios políticos. Essa será uma de suas principais reivindicações na história moral da humanidade.

— Julien Benda, *A traição dos intelectuais*, 1927

Precisamos aceitar o fato de que esse tipo de rebelião contra a modernidade está latente na sociedade ocidental [...] seu programa confuso e fantástico e sua retórica irracional e apolítica personificam aspirações tão genuínas [...] quanto as de movimentos de reforma mais familiares.

— Fritz Stern, *The Politics of Cultural Despair*, 1961

SUMÁRIO

- I. Véspera de Ano-Novo
- II. Como os demagogos vencem
- III. O futuro da nostalgia
- IV. Cascatas de falsidades
- V. *Prairie fire*
- VI. O sem-fim da história

Agradecimentos

Notas

I

Véspera de Ano-Novo

Em 31 de dezembro de 1999, demos uma festa. Estávamos no fim de um milênio e início de um novo, e as pessoas queriam celebrar, preferencialmente em algum lugar exótico. Nossa festa atendia a esse critério. Ela foi realizada em Chobielin, um pequeno solar no noroeste da Polônia que meu marido e seus pais haviam comprado uma década antes — a preço de custo —, uma ruína mofada e inabitável que não passara por nenhuma reforma desde que seus ocupantes anteriores haviam fugido do Exército Vermelho em 1945. Nós restauramos a maior parte, embora muito devagar. A restauração não estava exatamente terminada em 1999, mas o solar tinha um novo telhado e um grande salão, recém-pintado e sem nenhuma mobília, perfeito para uma festa.

Os convidados eram variados: amigos jornalistas de Londres e Moscou, alguns diplomatas em início de carreira baseados em Varsóvia, dois amigos de Nova York. Mas a maioria era composta de poloneses, amigos nossos e colegas de meu marido, Radek Sikorski, então vice-ministro do Exterior de um governo de centro-direita. Havia amigos locais, alguns colegas de escola de Radek e um grande grupo de primos. Alguns jovens jornalistas poloneses também compareceram — nenhum deles particularmente famoso —, juntamente com alguns servidores públicos e um ou dois membros juniores do governo.

Seria possível nos agrupar, de modo muito geral, na categoria que os poloneses chamam de direita: conservadores, anticomunistas. Mas, naquele momento da história, também seria possível chamar a maioria de nós de

liberais. Liberais de livre mercado, liberais clássicos, talvez thatcheristas. Mesmo aqueles cuja posição econômica era menos definida acreditavam na democracia, no estado de direito, em freios e contrapesos e em uma Polônia que era membro da Otan e estava a caminho de se filiar à União Europeia (UE), uma Polônia integrada à Europa moderna. Na década de 1990, era isso que significava “fazer parte da direita”.

A festa não foi lá grande coisa. Não havia serviço de bufê na Polônia rural dos anos 1990, de modo que eu e minha sogra preparamos grandes cubas de ensopado de carne com beterrabas assadas. Tampouco havia hotéis, e nossos quase cem convidados estavam hospedados em fazendas locais ou com amigos na cidadezinha mais próxima. Eu fizera uma lista com nome e local onde cada um estava hospedado, mas, mesmo assim, algumas pessoas terminaram dormindo no chão do porão. No fim da noite, soltamos fogos de artifício — do tipo barato, fabricado na China, que acabara de ficar disponível nas lojas e provavelmente era muito perigoso.

A música — em fitas cassete, gravadas em uma era anterior ao Spotify — criou a única divisão cultural séria da noite: as canções de que meus amigos americanos lembravam da época da faculdade não eram as mesmas que os poloneses lembravam, de modo que foi difícil fazer com que todo mundo dançasse ao mesmo tempo. Em certo momento, fui para o andar de cima, descobri que Boris Iéltsin havia renunciado, escrevi uma breve coluna para um jornal britânico e então descii novamente e bebi outra taça de vinho. Por volta das três da manhã, uma das convidadas polonesas mais excêntricas tirou uma pequena pistola da bolsa e atirou para cima, em pura exuberância.

Foi esse tipo de festa. Ela durou a noite toda, continuou em um brunch na tarde seguinte e estava saturada do otimismo que eu sentia na época. Havíamos reconstruído nossa casa arruinada. Nossos amigos estavam reconstruindo o país. Tenho a lembrança particularmente nítida de caminhar pela neve — um dia antes ou talvez um dia depois da festa — com um grupo bilíngue, todo mundo falando ao mesmo tempo. Inglês e polonês se misturando e ecoando pela floresta de bétulas. Naquele momento, no qual a Polônia estava prestes a se unir ao Ocidente, parecíamos estar todos no mesmo time. Concordávamos sobre a democracia, sobre a estrada para a

prosperidade e sobre a maneira como as coisas estavam acontecendo.

Esse momento passou. Quase duas décadas depois, eu atravessaria a rua para evitar algumas das pessoas que compareceram à minha festa de Ano-Novo. Elas, por sua vez, não somente se recusariam a entrar em minha casa, como ficariam constrangidas em admitir que já estiveram lá. De fato, metade das pessoas presentes à festa já não fala com a outra metade. O distanciamento é político, não pessoal. A Polônia é agora uma das sociedades mais polarizadas da Europa, e nos encontramos em lados opostos de uma profunda divisão que atravessa não somente o que costumava ser a direita polonesa, mas também a antiga direita húngara, a direita espanhola, francesa, italiana e, com algumas diferenças, também a britânica e americana.

Alguns de meus convidados de Ano-Novo — juntamente comigo e meu marido — continuam a apoiar a centro-direita pró-europeia, pró-estado de direito, pró-mercado. Permanecemos em partidos políticos que se alinham, com algumas diferenças, aos democratas cristãos europeus, aos partidos liberais na França e na Holanda e ao Partido Republicano de John McCain. Alguns de meus convidados se consideram de centro-esquerda. Mas outros terminaram em um lugar diferente. Eles agora apoiam um partido nativista chamado Lei e Justiça, um partido que se afastou drasticamente das posições que manteve ao controlar brevemente o governo, de 2005 a 2007, e ocupar a Presidência (o que, na Polônia, não é a mesma coisa) de 2005 a 2010.

Nos anos em que o Lei e Justiça esteve fora do poder, seus líderes e muitos de seus apoiadores e promotores lentamente adotaram um conjunto diferente de ideias, não somente xenofóbicas e paranoicas, mas abertamente autoritárias. Para ser justa com o eleitorado, nem todo mundo foi capaz de ver isso: o Lei e Justiça conduziu uma campanha muito moderada em 2015, contra um partido de centro-direita que ocupava o poder havia oito anos — meu marido era membro desse governo, embora tenha renunciado antes da eleição — e, em seu último ano, foi liderado por um primeiro-ministro fraco e inexpressivo. Compreensivelmente, os poloneses queriam mudanças.

Mas, no momento em que o Lei e Justiça venceu por ligeira maioria em 2015, seu radicalismo ficou óbvio. O novo governo violou a Constituição ao inadequadamente indicar novos juízes para o Tribunal Constitucional. Mais

tarde, usou uma estratégia igualmente inconstitucional em uma tentativa de dominar a Suprema Corte e criar uma lei para punir juízes cujos vereditos contrariassem as políticas governamentais. O Lei e Justiça passou a controlar a emissora estatal de TV — também em violação à Constituição —, demitindo apresentadores populares e repórteres experientes. Seus substitutos, recrutados na mídia on-line de extrema direita, começaram a promover propaganda nitidamente pró-partido, salpicada de mentiras facilmente reveláveis, à custa dos contribuintes.

As instituições estatais foram outro alvo. Uma vez no poder, o Lei e Justiça demitiu milhares de servidores públicos, substituindo-os por membros do partido ou seus primos e outros familiares. O partido demitiu generais do Exército com anos de dispendioso treinamento em academias ocidentais. Demitiu diplomatas com experiência e habilidades linguísticas. Uma a uma, destruiu também as instituições culturais. O Museu Nacional perdeu seu excelente diretor em exercício, um curador internacionalmente respeitado. Ele foi substituído por um acadêmico desconhecido e inexperiente cuja primeira decisão importante foi dismantelar a exposição de arte moderna e contemporânea. Um ano depois, ele pediu demissão, deixando o museu em estado de caos. O diretor do Museu de História dos Judeus Poloneses — uma instituição única na Europa, inaugurada com grande exultação somente alguns anos antes — foi suspenso sem explicação, horrorizando os apoiadores e financiadores internacionais. Essas histórias foram ecoadas por milhares de outras que não chegaram às manchetes. Uma amiga nossa, por exemplo, perdeu o emprego em uma instituição estatal porque completava seus projetos muito rapidamente. Seu novo e desqualificado diretor pareceu considerá-la uma ameaça.

Ninguém se preocupou muito em manter falsas aparências. O objetivo das mudanças não era fazer com que o governo funcionasse melhor. Era torná-lo mais partidário, com os tribunais mais influenciáveis e obedientes ao partido. Ou talvez devêssemos chamá-lo, como já fizemos antes, de Partido.

Ele não tinha mandato para isso: o Lei e Justiça foi eleito com uma margem de votos que lhe permitia governar, mas não modificar a Constituição. E assim, a fim de justificar a desobediência às leis, o partido

deixou de usar argumentos políticos comuns e começou a identificar inimigos existenciais. Alguns eram antigos e familiares. Após duas décadas de profundas conversas e reconciliações judaico-polonesas — após milhares de livros, filmes e conferências e a construção daquele museu espetacular —, o governo obteve notoriedade internacional ao adotar uma lei restringindo o debate público sobre o Holocausto. Embora a lei tenha sido modificada sob pressão americana, ela gozou de amplo apoio entre a base ideológica do partido: os jornalistas, escritores e pensadores — incluindo alguns dos meus convidados — que agora dizem acreditar que forças antipolonesas conspiram para culpar a Polônia, e não a Alemanha, por Auschwitz. Mais tarde, o partido também se envolveu em uma fútil disputa com o governo israelense, um argumento que pareceu projetado para apelar tanto aos irritados eleitores nacionalistas do Lei e Justiça na Polônia quanto aos irritados eleitores nacionalistas de Benjamin Netanyahu em Israel.

Alguns dos inimigos eram novos. Após um breve período atacando os imigrantes islâmicos — o que foi difícil em um país com quase nenhum —, o partido focou sua ira nos homossexuais. Uma revista semanal, a *Gazeta Polska* — tendo entre seus mais proeminentes jornalistas dois convidados da minha festa de Ano-Novo —, imprimiu adesivos com os dizeres “Área Livre de LGBTs” para seus eleitores colarem em portas e janelas. Na véspera de outra eleição parlamentar em outubro de 2019, a TV estatal exibiu um documentário chamado *Invasão*,¹ descrevendo o plano secreto dos “LGBTs” para enfraquecer a Polônia. A Igreja católica polonesa, que já foi uma instituição neutra e um símbolo apolítico de unidade nacional, começou a promover temas similares. O arcebispo de Cracóvia, um título previamente pertencente ao papa João Paulo II, fez um sermão descrevendo os homossexuais como “praga” multicolorida que substituiu a “praga vermelha” do comunismo.² O sermão foi aplaudido pelo governo polonês e então removido do YouTube por moderadores on-line, por constituir discurso de ódio.

Essa sequência de eventos agora torna difícil, para mim e alguns dos meus convidados de Ano-Novo, ter sobre o que conversar. Não tive uma única conversa com Ania Bielecka, anteriormente uma de minhas melhores amigas

— e madrinha de um de meus filhos —, desde um histórico telefonema em abril de 2010, alguns dias depois de o avião no qual viajava o então presidente ter caído perto de Smolensk, na Rússia, um acidente sobre o qual falarei em breve. Bielecka é uma arquiteta cujos amigos incluem, ou costumavam incluir, alguns dos mais conhecidos artistas de sua geração; ela também gosta, ou costumava gostar, de exposições de arte contemporânea, chegando a viajar algumas vezes para a Bienal de Veneza, puramente por prazer. Ela uma vez me disse que gostava de observar as pessoas na Bienal — todas aquelas mulheres do meio artístico em seus trajes elaborados — tanto quanto as exposições em si. Mas, em anos recentes, ela se aproximou de Jarosław Kaczyński, o líder do Lei e Justiça e irmão gêmeo do falecido presidente. Bielecka agora o recebe regularmente para almoços em seu apartamento — ela é uma excelente cozinheira — e discute quem ele deve nomear para seu gabinete. Disseram-me que o ministro da Cultura, autor do ataque aos museus poloneses, foi sugerido por ela. Tentei vê-la algumas vezes há alguns anos, mas ela recusou. “Sobre o que poderíamos conversar?”, perguntou ela em uma mensagem de texto, e então parou de responder.

Outra de minhas convidadas — a que atirou para cima — se separou do marido britânico. Sua excentricidade se transformou, e ela agora parece ser troll de internet em tempo integral, uma fanática que promove uma variedade de teorias da conspiração, muitas das quais violentamente antissemitas. Ela escreve no Twitter sobre a responsabilidade judaica pelo Holocausto e certa vez postou a imagem de uma pintura medieval inglesa retratando um menino supostamente crucificado pelos judeus, com o comentário “E eles ficaram surpresos ao ser expulsos”, referindo-se à expulsão dos judeus da Grã-Bretanha em 1290. Ela segue e amplifica os principais luminares da “direita alternativa” americana, cuja linguagem repete e promove.

Uma terceira convidada, a jornalista Anita Gargas, passou a última década investigando incessantemente um conjunto de teorias da conspiração envolvendo a morte do presidente Lech Kaczyński no acidente aéreo de Smolensk, a cada vez postulando uma explicação diferente.³ Ela trabalha na *Gazeta Polska*, a revista semanal que distribuiu os adesivos contra os